

## Processo n.º 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

**Autor/Requerente:** Maria da Conceição Silva, residente em Rua da Prata, 45, 1150-267 Lisboa, NIF 123 456 789

**Réu/Requerido:** José António Pereira, residente em Avenida da República, 210, 4200-150 Porto, NIF 987 654 321

### Mandatários:

- Dr. Ana Sofia Martins – OAB/Portugal 12345, escritório em Av. das Liberdades, 12, 1050-122 Lisboa
- Dr. Luís Fernando Carvalho – OAB/Portugal 67890, escritório em Rua de São Bento, 78, 1200-395 Lisboa

**Juiz:** Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

---

## DESPACHO – PREPARAÇÃO PARA JULGAMENTO

Lisboa, 15 de março de 2026

Vistos etc.,

1. **Objeto** – O presente despacho tem por objetivo ordenar a preparação dos autos para a prolação da decisão de mérito relativa à alteração da regulação das responsabilidades parentais da menor Ana Sofia Pereira, com 8 (oito) anos, bem como fixar a data para a realização da audiência de julgamento.
2. **Fundamentação** – Nos termos do artigo 647.º, n.º 1, do Código de Processo Civil, o juiz, antes de proferir a sentença, deve assegurar que os autos se encontram completos e que as partes tenham oportunidade de apresentar todos os elementos de prova e os seus memoriais.
3. **Determinações**

Nº	Determinação	Prazo	Observações
1	<b>Intimação das partes</b> para apresentarem, no prazo de <b>10 (dez) dias</b> , os seus <b>memoriais</b> e, se for o caso, indicar as <b>provas a produzir</b> (documental, pericial ou testemunhal).	10 dias a contar da notificação	Cumprir o disposto no art. 647.º, n.º 2, CPC.
2	<b>Juntada aos autos</b> de todos os documentos que ainda não tenham sido incorporados, nomeadamente: (a) relatórios psicológicos da menor; (b) comprovativo de mudança de residência do réu; (c) certidão de registo de residência atual da menor.	5 dias após a entrega dos documentos	Obrigatório para a completa instrução do processo.
3	<b>Designação de perito</b> para avaliação psicológica da menor, caso as partes solicitem a produção de prova pericial.	Até <b>20 de março de 2026</b>	O perito será escolhido entre a lista de peritos judiciais da Vara da Família e dos Menores.
4	<b>Audiência de julgamento</b> – Fixa-se a data para <b>12 de maio de 2026</b> , às <b>09:30 horas</b> , na Sala de Audiências da Vara da Família e dos Menores, Comarca de Lisboa.	—	As partes deverão comparecer pessoalmente ou, se houver representação legal, por seus mandatários.

N.º	Determinação	Prazo	Observações
5	<b>Produção de prova testemunhal</b> – Caso haja requerimento de testemunhas, a lista deve ser apresentada até <b>30 de março de 2026</b> , com indicação dos contactos e disponibilidade para inquirição.	30 de março de 2026	As testemunhas serão inquiridas na própria data de julgamento, salvo justificação de adiamento.

4. **Intimações** – Notifique-se a autora e o réu, bem como os seus mandatários, de todas as determinações acima referidas, nos termos do artigo 220.º do CPC.
5. **Custas** – As partes ficam adiantadas de que, caso haja produção de prova pericial, as custas correspondentes serão suportadas pela parte que a requerer, nos termos do artigo 587.º, n.º 2, CPC.
6. **Comunicação** – O presente despacho será publicado no Boletim de Informação Judicial e afixado nos autos, devendo ser juntado o comprovativo de notificação às partes.
7. **Conclusão** – Cumpridos os termos do presente despacho, o processo será considerado pronto para julgamento, procedendo-se à elaboração da sentença que decidirá, em última instância, a guarda, o regime de visitas e eventuais medidas de apoio à menor, em consonância com o melhor interesse da criança.

Pelo exposto, **DEFIRO** as determinações acima e **FIXO** a data de julgamento para 12 de maio de 2026, às 09:30 horas.

Publique-se.

Lisboa, 15 de março de 2026

**Juiz de Direito**

Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

---

*Documento assinado eletronicamente em conformidade com a Lei n.º 12/2019, de 14 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 2/2022, de 6 de janeiro, que regulam a assinatura e o selo eletrónico de atos judiciais.*